

A Importância da Resistência e Organização Comunitária Diante dos Desafios da Sustentabilidade Agroecológica em Russas, Ceará

VIANA, Lara de Queiroz, laraqvb@gmail.com Raquel Maria Rigotto, raquelrigotto@gmail.com
Núcleo de Pesquisa Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade, Departamento de Saúde Comunitária, Universidade Federal do Ceará.

Resumo

Este relato de experiência versa sobre um estudo etnográfico que tem sido realizado na comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas, Ceará que enfoca ações de transição agroecológica. Temos aqui um exemplo da importância da organização comunitária, tanto no movimento de resistência à expansão do agronegócio no sertão cearense, como na promoção de *alternativas ao desenvolvimento* (SANTOS, 2005) local.

Palavras-chave: Projeto hídrico, Semi-árido, Agronegócio.

Contexto

Como recurso de produção primária, como uma necessidade básica à vida comunitária e ecossistêmica, como um bem sagrado, o (não) acesso à água, permeia a vida em múltiplas dimensões, sendo um “fator” intrínseco de luta e resistência de famílias do sertão cearense que apreenderam e apreendem com o meio as estratégias de sobrevivência, dependentes uns dos outros e do meio para prosseguirem suas vidas cooperativamente.

Este tema especificamente tem sua importância diante do contexto histórico atual na região de Tabuleiro de Russas, ao leste do estado do Ceará, em especial o município de Russas, precisamente a comunidade Lagoa dos Cavalos, constituída de quatro núcleos familiares Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão e Córrego Salgado, localizadas no distrito de Peixe.

As mesmas vivem da agricultura e pecuária de subsistência, apicultura e desenvolvem práticas agroecológicas pioneiras na região. Os desafios da sustentabilidade no semi-árido cearense contracenam com o avanço do agronegócio na região com a expansão da fruticultura para exportação.

O fator água permeia este conflito ambiental, quando obras de infra-estrutura hídrica atingem e ameaçam pequenos produtores de não permanecerem em suas terras, ao invés de beneficiá-los com acesso a este recurso natural e incentivá-los a um desenvolvimento local participativo e em defesa ao meio ambiente.

Como veremos neste relato de experiência, vê-se um exemplo concreto dos desafios da sustentabilidade nas comunidades supracitadas e a importância da organização comunitária para com o movimento de resistência ao agronegócio quanto nas estratégias de convivência com o semi-árido cearense.

Este relato de experiência retrata sobre o modo de vida comunitário com ênfase na história de luta por alternativas ao desenvolvimento local.

Descrição da experiência

Podemos dizer que o processo de transição agroecológica na comunidade Lagoa dos Cavalos se iniciou quando a população em crescimento percebeu a necessidade de uma organização local.

Em 1986, iniciou-se trabalhos comunitários e também realizou-se uma das primeiras conquistas:

Resumos do VI CBA e II CLAA

100ha de terra para plantio comunitário. Em 1995, a Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa Lagoa dos Cavalos foi fundada.

Porém, desde antes da fundação, a comunidade tem tido várias experiências interessantes. Atualmente a comunidade possui uma casa de farinha, a qual já se encontra mecanizada e se trabalha com raspa de mandioca e farinha; casa de sementes comunitária, sendo participante da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), cujos principais cultivos são de milho e feijão; cisternas de placa para captação de água da chuva, fonte de água para consumo humano e de independência de carro-pipa; ainda relacionado à água tem-se a barragem subterrânea, quatro poços profundos de água salgada e dessalinizadores e uma adutora por gravidade; apiário e nova casa de mel; início de um sistema de agrofloresta (SAF) e de um sistema agrosilvopastoril (SASP).

Todas estas experiências foram realizadas com o apoio de várias entidades, como: Cáritas Regional e Diocesana Limoeiro do Norte, Organização Não-Governamental Esplar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas, Paróquia de Russas, Instituto de Direitos Humanos Frei Tito, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, EMATER/Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará/FETRAECE, Articulação do Semi-Árido Brasileiro/ASA, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O desenvolvimento local caracterizado por princípios da sustentabilidade ecológica, agricultura livre de agrotóxicos e transgênicos contrapõe à modernização agrícola, que não visa o policultivo, nem a conservação ambiental, nem a participação e reconhecimento do saber popular.

A expansão do projeto Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, considerado o maior projeto de irrigação do estado para o desenvolvimento econômico local, subsidiando as “monoculturas de exportação”, tem gerado riscos à vida comunitária e ameaças à qualidade de vida de populações que vivem da terra.

Financiado pelo BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), com investimento em torno de 200 milhões para a primeira etapa, e com recursos liberados pelo Ministério da Integração Nacional, e executado pelo Departamento Nacional de Obras as Secas/DNOCS, o projeto tem sido realizado em duas etapas. Atualmente as obras se encontram na segunda etapa (Figura 1), compreendendo uma área superficial útil (SAU) de 3.365ha. Ainda que reduzida quando comparada à área de 14.365ha da primeira etapa, em processo de finalização, as inseguranças e incertezas persistem para dezenas de famílias ali residentes que vivem da terra.

O projeto recorta a zona rural do semi-árido cearense, “invisibiliza” os modos de vida local, as alternativas de convivência no semi-árido, a organização comunitária, o histórico de luta das comunidades e a preservação ambiental. As obras têm avançado adentrando na comunidade de Bananeiras, sem cumprir com o papel social que este mega-projeto teria de trazer com a proposta de um “desenvolvimento” local: somente econômico? Quem seriam os beneficiários? Somente as transnacionais em fruticultura para exportação?

As ameaças de desapropriação da comunidade Lagoa dos Cavalos, como também Sussuarana, Peixe e Bananeiras têm mobilizado as associações em defesa de suas terras e de suas conquistas. A dificuldade de acesso a informações sobre o projeto, como quais garantias estas comunidades teriam (local de reassentamento, indenização) tem criado um clima de incerteza, medo e insegurança local em relação à possibilidade (ou não) de prosseguirem seu modo de vida.

Resumos do VI CBA e II CLAA

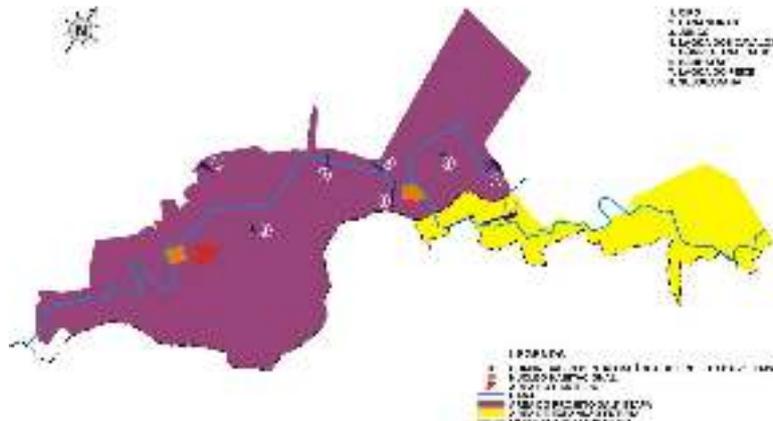


FIGURA 1. Mapa do Projeto Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, demonstrando as áreas correspondentes à primeira e segunda etapa como as comunidades envolvidas (Mapa reproduzido por Lara e Leandro Viana a partir de um mapa do DNOCS).

Percebe-se que “[...] limitações de suprimento de água às pequenas comunidades, que coexistem adjacentes a essa [grandiosa] infra-estrutura hídrica, constitui-se como um sério entrave de desenvolvimento ao pequeno produtor rural nos vales perenizados.” (ARAÚJO, 2006, p. 21).

Legitima-se a dimensão social dos projetos de modernização reduzindo-o ao fator econômico conjuntamente à expansão do agronegócio. Ainda mais, dentro da lógica capitalista, a vulnerabilidade advinda do clima semi-árido seria a primeira barreira a ser superada para se conquistar o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, o bioma caatinga perde seu papel ecossistêmico e se reduz a recursos, da mesma forma que não se dimensiona as diversas formas de convivência no semi-árido cearense. Constata-se de vez a vulnerabilidade ambiental atrelada a modificações no modo de vida das comunidades tradicionais.

Resultados

Quanto ao movimento de resistência comunitária à expansão das obras do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, a partir da observação participante na comunidade, foi possível acompanhar as atividades da Comissão de Planejamento (Figura 2) para o desenvolvimento de uma nova proposta. As comunidades Lagoa dos Cavalos, Sussuarana, Peixe e Bananeiras têm criado estratégias locais que favoreçam o modo de vida tradicional.



FIGURA 2. Reunião de planejamento de associados das comunidades em conflito ambiental para criação de uma contra-proposta ao DNOCS em junho de 2009. (Fonte: Lara Viana)

Resumos do VI CBA e II CLAA

Para isso, redes de ação tem sido construídas, como: articulação com instituições federais de ensino que contribuam com estudos técnicos, com instâncias governamentais como DNOCS (Departamento Nacional de Ocas Contra a Seca) , com entidades não-governamentais, como: Cáritas, STRR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas), e Paróquia de Russas.

Através de uma análise documental obtida pelo STRR, o histórico de luta se iniciou em dezembro de 2007, quando foi criado um grupo de trabalho em defesa das comunidades. A partir daquele momento, um calendário de “Mobilização e Ação da Comissão e Parceiros em Defesa da Não Desapropriação da 2ª Etapa do Tabuleiro de Russas” para os meses de dezembro de 2007 a abril de 2008 foi criado até chegar-se a uma “intervenção na equipe de cadastro do DNOCS”. Neste processo, houve a participação em audiências públicas e foi realizada campanha de reivindicação nas mesmas.

“Povo que luta e clama por justiça, diz não a desapropriação!”

“Queremos irrigação, mas sem desapropriação.”

“Somos povo lutando pelo direito a trabalhar na terra.”

“Não queremos ser futuros marginalizados nas periferias das cidades.”

“Nascemos na terra, moramos na terra e vamos continuar na terra.”

“Terra dos nossos antepassados, nossa terra, terra dos nossos filhos.”

“Nossa terra, nossa vida, nossa dignidade.”

“Justiça é: Trabalhar os 84% da terra na I Etapa que continua ociosa!”

(Frases dos cartazes afixados no auditório em que foi realizado a Audiência Pública Legislativa do Estado do Ceará em maio de 2008).

As reivindicações por direito à água, terra e trabalho no campo como afirmadas nos cartazes, também é encontrada nas entrevistas realizadas. As poucas terras disponíveis fazem um dos agricultores dizer que: “Se você for ver o tanto de projeto que tem (na comunidade), há muita pouca terra. [...] Praticamente somos sem-terra. Não tem nem um hectare por pessoa.”

A identificação pela terra tem estreita ligação com o movimento de resistência e mobilização popular. Uma professora da comunidade diz que: “É onde a gente nasceu, a gente se criou. Desde criança a gente é envolvido nas coisas da comunidade. Alguns projetos que a gente ia buscar – energia, apicultura. A luta da associação. A energia foi uma conquista. A conquista de uma saída de água do canal. E assim foram vários projetos que conseguimos.”

Temos aqui um exemplo dos grandes desafios da sustentabilidade ecológica e de construção de alternativas de desenvolvimento local no estado do Ceará, do agronegócio cercado a as experiências orientadas pela agroecologia, das pequenas comunidades rurais resistindo ao avanço de mega-projetos em infra-estrutura. Neste relato de experiência, procuramos enfatizar a importância da organização e resistência comunitária neste contexto de conflito socioambiental.

Este relato de experiência faz parte de um projeto de dissertação em Saúde Pública na Universidade Federal do Ceará, como também de uma pesquisa intitulada “Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Uso de Agrotóxicos”, realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFC)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico(CNPq).